



Docência sob ataque: violências invisíveis e precarização do trabalho de professores de Sociologia na pandemia (2019–2022)



Ianne Paulo Macêdo

Doutora em Sociologia (UECE)

Docente da Universidade Estadual do Piauí

iannemacedo@cchl.uespi.br

Resumo: Este artigo propõe uma análise crítica das condições de trabalho dos professores de Sociologia da educação básica durante o Governo Jair Bolsonaro (2019–2022), com foco nos efeitos da pandemia de Covid-19 e na intensificação de violências simbólicas, institucionais e ideológicas contra a disciplina e seus docentes. Adotando a autoetnografia como metodologia central, articulada a uma abordagem descritiva e explicativa, o estudo parte da experiência pessoal da autora como professora do ensino médio para discutir as formas de silenciamento, censura e desvalorização enfrentadas no ambiente escolar, especialmente no setor privado. As falas depreciativas do ex-presidente contra as Ciências Humanas, somadas à vigilância sobre os conteúdos ministrados em aulas remotas e às ameaças de demissão, configuram um cenário de precarização docente marcado por discursos conservadores e anticientíficos. A partir dessa análise, o artigo questiona de que modo a Sociologia pode oferecer instrumentos teóricos e pedagógicos para interpretar e resistir a essas violências, reafirmando seu papel na formação crítica e emancipadora dos sujeitos.

Palavras-chave: Professores de sociologia; Pandemia; Governo Bolsonaro; Sociologia no ensino médio; Aulas remotas.



Teaching under attack: invisible violence and the precarization of sociology teachers' work during the pandemic (2019-2022)

Abstract: The communication was developed through a methodology that, although not new, is still innovative: autoethnography, in which the author's performance as a high school teacher is a starting point. The objective is to problematize the teaching experience and the different types of violence in which basic education sociology teachers were exposed, from the action of the extreme right government, to the derogatory speeches to the field of human sciences, uttered by the then ex-president Jair Messias Bolsonaro and the intercurrentence of the surveillance of control of the explained contents, in the virtualized classes during the confrontation of the Covid-19 pandemic. The occurrences described were accompanied by numerous threats of layoffs in private schools across Brazil, in addition to the devaluation of the discipline itself as an important component on the part of some managers, students and their guardians; who are in tune with the conservative ideological discourse and share the assumption that sociology is "indoctrinator", as well as teachers are "communist", which is nonetheless an aggression and a type of violence felt by them. In turn, the study raised the following question: what contributions can sociology offer subsidies for reflection to understand the scenario of violence faced by teachers in the Bolsonaro government (2019-2022)? To answer the question, in addition to using autoethnography, a descriptive and explanatory research was also carried out to discuss the challenges of implementing the discipline as a mandatory component of basic education in Brazil.

Keywords: Sociology professors; Pandemic; Bolsonaro government; Sociology in high school; Remote classes.

Introdução

Como professora da educação básica e docente da disciplina de sociologia em escolas privadas da cidade de Teresina (capital piauiense), posso expor com propriedade de experiência de campo, para além de um estudo etnográfico, que a última década está sendo de grande preocupação para os profissionais e acadêmicos da área das ciências sociais.

Tudo começa em 2016, quando veio a confirmação da reforma do Ensino Médio, fruto da Medida Provisória 746/16, implementada após o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016. Posteriormente, essa MP 746/16 foi convertida na Lei 13.415/17 que teve como uma de suas obstinações a promulgação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) em 2018.

A Lei 13.415/17 dividiu o Ensino Médio em duas partes: 1.800 horas destinadas a uma base comum estabelecida pela BNCC e 1.200 horas para outros arranjos formativos em que os estudantes podem escolher a ênfase em uma área de conhecimento, ou formação técnica profissional. Nessa possibilidade de “escolha”, foi aberto um universo de interpretação sobre a importância, a contribuição e a necessidade da sociologia. Isso porque, existe o estereótipo negativo de que a disciplina é muito “abstrata”, pouco prática, complexa e que induz ao comportamento desviante dos estudantes¹.

Não bastasse a homologação da BNCC no Ensino Médio em 2018, que seria implementada a partir de 2021, juntamente com a reforma determinada pela Lei 13.415/17, o ano de 2018, também foi marcado pela eleição presidencial, cujo foi eleito uma personalidade pouco conhecida para a maioria do país, com tendência ideológica de extrema direita e protestante: Jair Messias Bolsonaro, após quase duas décadas da administração federal de um governo de esquerda no Brasil.

Nesse cenário, com frequência veio à tona o debate que envolve a contribuição e relevância das disciplinas de filosofia e sociologia no ensino médio, bem como a descentralização dos recursos para a manutenção dos cursos de ciências humanas nas instituições públicas de ensino superior do Brasil. Haja vista que, segundo o atual presidente da república “o objetivo era focar em áreas que geram retorno financeiro imediato ao contribuinte” (palavras transcritas da rede social *Twitter* do ex-dirigente)².

1 Os respectivos estereótipos fazem parte do rol de comentários que ouvi de gestores, coordenadores e alguns colegas de profissão de outros componentes, ao mencionarem sobre as mudanças que viriam com a reforma da BNCC e a possibilidade de exclusão da sociologia da grade curricular do ensino médio, como forma de indiretamente alertarem para a minha possível demissão já justificada.

2 Informações extraídas da reportagem do G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/26/bolsonaro-diz-que-mec-estuda-descentralizar-investimento-em-cursos-de-filosofia-e-sociologia.ghtml>>. Acesso em 10 de julho de 2022.

Muito embora seja um pronunciamento polêmico que transita pelo prisma utilitarista de mercado, não é a primeira vez que a ciências humanas aparece como pauta das discussões nacionais das ações legislativas. Em vista dessa situação, percebe-se de imediato que a consolidação da sociologia no Brasil, especialmente no ensino médio, ainda tem muitos obstáculos a enfrentar, em razão de que a educação de um país está atrelada a ação sociopolítica e ao protótipo que o aparelho político no poder almeja instituir.

Este artigo nasce do incômodo e da necessidade de narrar e analisar a minha experiência enquanto professora de Sociologia na educação básica privada, diante de um cenário em que a disciplina foi ainda mais desvalorizada, reduzida e, em muitos contextos, excluída tanto pela política conservadora do ex-presidente, como pelo empreendimento de reforma do que foi chamado de Novo Ensino Médio, que encolhia ainda mais a contribuição da sociologia na educação básica.

Diante do exposto, é levantado o seguinte questionamento: quais as contribuições que a sociologia pode oferecer de subsídios reflexivos para compreender o cenário de violências enfrentadas pelos docentes durante o governo Bolsonaro (2019-2022) e consequentemente dentro do contexto pandêmico da COVID-19?

Para responder à questão, foi utilizada como recurso metodológico a autoetnografia, que tem como ponto de partida a atuação da autora como professora do ensino médio. Trata-se de um método que pode ser usado na investigação e na escrita, já que tem como proposta descrever e analisar sistematicamente a experiência pessoal, a fim de compreender a experiência cultural (Ellis, 2004). Em síntese: torna-se tanto processo como produto da pesquisa (Adams; Bochner; Ellis, 2011).

De forma complementar ao estudo, foi realizado uma pesquisa descritiva e explicativa (Gil, 2002). O objetivo é problematizar a experiência docente e os diferentes tipos de violências nas quais os professores de sociologia da educação básica da rede particular de ensino de Teresina foram expostos, a partir da atuação do governo de Jair Messias Bolsonaro e do contexto pandêmico, para assim, propor um exame a partir das reflexões de sociólogos como Bauman (2010) e Giddens (2005).

Assim, o estudo em tela está dividido em três sessões, no qual a primeira tem o intuito de discutir as situações de violências vivenciadas pelos docentes de sociologia no ensino médio com base na experiência pessoal da autora. Posteriormente, a segunda sessão discutirá a importância da manutenção do ensino da sociologia na educação básica brasileira. Já a terceira e última sessão vai fazer uma análise sobre as relações existentes entre os governos e mudanças no ensino das ciências humanas no Brasil.

A sociologia no Brasil, percursos e obstinações da disciplina como componente obrigatório na educação básica

A Sociologia como componente curricular da educação básica, apresenta um percurso descontinuado e inconstante, de acordo com a dinâmica sociopolítica que foi sendo estabelecida com os governos que assumiram a presidência da república.

Dito isso, só foi reconhecida na virada do século XX, quando na época foi inserida inicialmente no antigo ensino secundário (atualmente chamado de ensino médio), para depois integrar a grade curricular do ensino superior.

Desde sua primeira inserção como disciplina da atual educação básica, na década de 1920, a Sociologia viveu momentos de permanência e interrupções que podem ser divididas em diferentes etapas: de 1925 a 1942, uma fase de crescimento de sua inserção; de 1942 a 1971, uma etapa em que a Sociologia é intermitente dentro do currículo; de 1971 até meados dos anos 80; período de reclusão da disciplina aos meios acadêmicos; e dos anos 1980, etapa de luta pela reinserção da disciplina na grande curricular, estágio que culmina com a determinação de sua obrigatoriedade pela Lei nº 11.684/2008 (Feijó, 2012). Houve momentos em que a disciplina estava totalmente excluída da grade curricular, sendo seu ensino percebido como algo “perigoso”, pois levava os alunos à reflexão.

Nessa trama histórica, Florestan Fernandes em sua palestra intitulada “*O ensino de Sociologia na escola secundária brasileira*”, na conferência proferida durante o 1º Congresso Brasileiro de Sociologia em 1954 (Fernandes, 1980), argumentou que foi no contexto de redemocratização da sociedade brasileira, a partir dos anos de 1980, que se observa um movimento de construção de um debate em torno da questão do ensino de sociologia na escola.

Contudo, uma nova insegurança surge a partir de 2016 com a reforma do Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a unificação das ciências humanas e sociais aplicadas, cuja sociologia aparece de forma genérica e dentro das habilidades e competências a serem desenvolvidas pelos alunos. Novamente a questão anteriormente levantada no passado, pode ser feita no presente: “o quão perigoso é o ensino da sociologia para a formação cidadã?” Talvez seja porque a sociologia é uma atividade crítica, já que realiza uma permanente desconstrução (Bauman, 2015).

A adoção do currículo do Ensino Médio, por meio da BNCC e dos itinerários formativos, padroniza e universaliza um único modelo educacional, ajustado em arranjos que visam a reproduzir, dadas as circunstâncias regionais, um conjunto de informações, consideradas conhecimentos essenciais, que devem ser apresentadas no formato capaz de

assegurar a flexibilização e a simplificação do processo educacional, segundo o protagonismo do aluno e seu projeto de vida.

Apesar de teoricamente essa proposta ser consideravelmente interessante à primeira leitura, quando é trazido à tona a situação da realidade desigual do Brasil e é comparado os ônus e os bônus, que lidam os estudantes da rede pública e da rede privada no seu processo de aprendizagem com o modelo institucionalizado da educação básica, é possível perceber que ao substituir as disciplinas escolares por práticas e estudos obrigatórios diluídos em áreas de conhecimento e organizar o ensino por meio do desenvolvimento de competências, a BNCC inviabiliza o aprofundamento dos conhecimentos nessa etapa da formação escolar.

Embora seja esperado que as “reformas expressam expectativas de melhoria de uma situação existente e representam medidas acionadas pelo poder público pela via de seus instrumentos legais e que, portanto, são passíveis de análise” (Vieira, 2008, p. 150), no tocante a educação brasileira, especialmente ao ensino de sociologia, essas reformas educacionais e curriculares mantém correlação com o cenário político do período ao qual cada uma fora introduzida (Vieira; Farias, 2011; Romanelli, 2014), e conseqüentemente afetam de forma significativa o campo profissional da sociologia.

Além disso, a aprendizagem por desenvolvimento de competências (tão preconizado nas orientações e regimentos da BNCC) não se abre para o conhecimento estruturado e para o desenvolvimento do pensamento crítico, se distanciando ainda mais de um ensino que possa ter profundidade.

Portanto, pode-se inferir nesse cenário de entraves, que o ensino de Sociologia pode desempenhar o relevante papel de desmitificar a realidade a partir do desenvolvimento de um modo de olhar a sociedade dado pelas Ciências Sociais, pois é preciso trazer de volta para o centro da educação a perspectiva de emancipação humana.

Diante desse percurso histórico marcado por avanços, retrocessos e permanentes disputas, torna-se evidente que a instabilidade do ensino de Sociologia na educação básica não é casual, mas expressão direta das tensões entre projetos educacionais e projetos de sociedade. A recorrente tentativa de esvaziar ou diluir a disciplina revela o incômodo que o pensamento sociológico provoca ao fomentar a reflexão crítica, o questionamento das desigualdades e a desnaturalização das estruturas sociais.

Nesse sentido, a Sociologia assume um papel estratégico na formação cidadã, ao possibilitar aos estudantes compreenderem a sociedade como uma construção histórica, permeada por relações de poder, conflitos e interesses. Assim, reafirmar sua centralidade no currículo do Ensino Médio significa defender uma educação comprometida

não apenas com a transmissão de conteúdos utilitaristas, mas com a formação de sujeitos críticos, capazes de interpretar a realidade social e intervir de forma consciente e democrática.

Retomar a Sociologia como saber estruturado no currículo é, portanto, recolocar no horizonte educacional a perspectiva da emancipação humana, indispensável para a consolidação de uma educação pública que promova cidadania, justiça social e participação ativa na vida coletiva.

A experiência como professora de sociologia no ensino médio em tempos de pandemia

Sabemos que o ensino de sociologia nunca foi um ato neutro. Mas, durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, juntamente com a pandemia, tornou-se também um ato de resistência, tanto pela postura do administrador da federação, como pelas circunstâncias das realizações das aulas remotas com a constante vigilância e interrupção dos familiares de posicionamento conservador e contrários aos temas explorados na disciplina de sociologia.

Entre os anos de 2020 e 2022 foi necessário a construção de novas formas de socialização, trabalho e convivência. Nossa sociedade foi tomada com um novo fenômeno ecológico global, longe de pôr em xeque os fundamentos da sociologia clássica e contemporânea, revelou o quanto estes são necessários para a compreensão da pandemia e orientação de condutas (Marzochi, 2020). Assim, com o processo de isolamento social, resultante da pandemia, foi vivenciado consequências inevitáveis, junto às atividades educacionais e atuação docente, objeto da nossa análise sociológica.

Neste cenário, professores e estudantes se viram diante de um novo desafio, cuja troca de conhecimento, realizada no calor das conversas presenciais, dentro de uma sala de aula, já não era mais viável. A fim de manter a educação ativa no Brasil, novas formas de ensino-aprendizagem foram implementadas a partir do ensino remoto via internet, um método que se assemelha ao Ensino à Distância, mas que viola a legislação vigente que rege o EaD (Galvão; Saviani, 2021, p. 38).

Entretanto, na medida em que o ambiente educacional presencial muda para o mundo virtual, se faz necessário cumprir algumas condições básicas para colocá-lo em prática, como o acesso às plataformas virtuais mediado por equipamentos adequados (para além do uso do smartphone); acesso à uma internet de qualidade; e o domínio básico de algumas ferramentas da tecnologia da informação, para que os atores envolvidos no “ensino” remoto tenham certa familiaridade ao acessar (Galvão; Saviani, 2021, p. 38).

Diante disso, utilizo a autoetnografia como metodologia, compreendendo que minha trajetória, minhas emoções e minha prática pedagógica são fontes legítimas de conhecimento. Como afirma Ellis e Bochner (2000), a autoetnografia permite “olhar para dentro e para fora, conectando o pessoal ao cultural”.

A autoetnografia, enquanto método qualitativo, me permite entrelaçar minha história pessoal com os processos sociais mais amplos que atravessam a educação. Ao escrever sobre minha experiência, não busco apenas narrar fatos isolados, mas refletir criticamente sobre as políticas educacionais que têm moldado (e desfeito) o lugar da Sociologia na escola.

Minha análise parte de registros reflexivos, planos de aula, conversas com colegas docentes, vivências em reuniões pedagógicas e situações de sala de aula ocorridas entre os anos de 2019 e 2022 durante a minha atuação na educação básica de instituições privadas na cidade de Teresina. Trata-se, portanto, de uma escrita comprometida com a crítica e com a transformação, que considera o sujeito pesquisador como parte integrante da realidade estudada.

Ao tomar como referência a minha experiência como docente, percebo que minha presença e minha prática em sala de aula confrontavam diretamente o modelo de escola tecnicista proposto pela articulação do que era intencionalmente apresentado pelo educacional vigente. Isso posto, é evidenciado a vulnerabilidade e fluidez sobre as ciências humanas e nos aproxima das reflexões de Bauman e May (2010), quando usam esses conceitos para ser reforçado o estado temporário e frágil das relações sociais e dos laços humanos.

Entre os anos de 2017 e 2018 que foram os primeiros anos em que lecionei Sociologia, havia espaço e flexibilidade para construir com os estudantes debates sobre desigualdade, racismo, gênero, direitos sociais, cultura, política. Com as notícias de divulgação e propaganda da implementação do Novo Ensino Médio e o próprio contexto da pandemia, esse espaço foi sendo comprimido e abriu espaço para que muitos estudantes explanassem os posicionamentos de seus familiares sobre a possível saída da disciplina da grade curricular obrigatória.

Segundo Sobrinho (2007), a Sociologia é uma disciplina necessária, mas historicamente desvalorizada (tanto por governos de orientação conservadora quanto pelo próprio ambiente escolar), que frequentemente reproduz a lógica da reprodução social e da formação humana determinada pela microssociedade. Apesar das lutas históricas pela inserção da Sociologia no currículo da educação básica e de conquistas importantes nesse percurso, a disciplina ainda enfrenta inúmeros desafios.

Dessa forma, ser professora, mesmo sendo uma profissional qualificada e comprometida com o ensino, também senti o peso do desânimo com a profissão que eu escolhi. Essa desmotivação decorreu da sobrecarga do trabalho, uma vez que precisei assumir muitas turmas para cumprir a carga horária semanal, além de enfrentar a constante desvalorização salarial e simbólica da profissão ainda existe o diferencial de ser a professora de sociologia, regada de muitos estereótipos e preconceitos, associados ao perfil imaginário que se criou dos profissionais da área, que remetem a julgamentos desde a sexualidade como ao uso de entorpecentes como a maconha. Quando essa experiência é analisada a partir do marcador de gênero, torna-se evidente que o trabalho das mulheres professoras de sociologia é atravessado por desigualdades estruturais, muitas vezes naturalizadas.

Conforme afirma Bell Hooks (2013), “ensinar é um ato profundamente político” (Hooks, 2013, p. 36). Ao tratar de temas como desigualdade social, patriarcado, racismo e direitos humanos, na minha condição de professora de Sociologia, senti o peso do desafio do pacto implícito de neutralidade que predominava nas escolas particulares de classe média que eu trabalhei. A minha postura crítica, quanto aos conteúdos e alusões para o contexto social vivenciado em nossa sociedade, embora essencial à formação cidadã, foi interpretada como “inadequada” ou “subversiva” por gestões escolares voltadas à lógica empresarial e conservadora.

A atuação das mulheres no magistério, embora numericamente expressiva, está longe de significar igualdade de condições. Heleieth Saffioti (1987) denuncia que o trabalho feminino, mesmo no campo intelectual, continua sendo desvalorizado e naturalizado como extensão das funções cuidadoras.

Nas escolas particulares, esse cenário se expressa na delegação de funções extras às professoras (como o cuidado emocional com os estudantes, a organização de eventos e o acolhimento das famílias), sem o devido reconhecimento institucional. Além disso, temas feministas ou críticas ao machismo são muitas vezes desencorajadas, invisibilizando as próprias experiências de gênero das docentes.

Para Lourdes Bandeira (2005), “o gênero é um marcador simbólico e material de desigualdades sociais que opera no cotidiano de forma invisível e naturalizada” (Bandeira, 2005, p. 31). No espaço escolar, essas desigualdades se revelam tanto na divisão do trabalho quanto na construção das hierarquias de poder e prestígio.

A disciplina de Sociologia possui, por natureza, um caráter crítico e formador de consciência. No entanto, na rede privada de ensino com a execução das aulas remotas, esse potencial foi frequentemente contido pelas diretrizes institucionais que privilegiam a

formação voltada para o mercado, a manutenção da ordem e a reprodução de valores tradicionais.

Apesar dos limites impostos pelas circunstâncias das aulas remotas do ambiente escolar privado, a prática docente pode ser espaço de resistência e de transformação. Silvia Federici (2017) argumenta que a desvalorização do trabalho reprodutivo e educativo das mulheres é parte constitutiva da lógica capitalista. Nesse sentido, questionar o currículo, trazer experiências feministas para a sala de aula e reconhecer o conhecimento produzido por mulheres são formas de ruptura com essa lógica.

Angela Davis (2016), ao refletir sobre interseccionalidade e educação, enfatiza que “as estruturas sociais se abalam quando as mulheres se movem” (Davis, 2016, p. 63). No mesmo sentido, ao propor uma abordagem crítica, a professora de Sociologia contribui para a formação de sujeitos capazes de pensar e agir politicamente sobre o mundo.

Como conclui Bell Hooks (2013), “a sala de aula deve ser um lugar que se abre à possibilidade de transformação radical” (Hooks, 2013, p. 14). Mesmo em contextos restritivos, há brechas que permitem que a Sociologia cumpra seu papel emancipador.

Ainda assim, defendo que a Sociologia ocupa um papel fundamental no currículo escolar. Assim como outros componentes curriculares, ela contribui de forma significativa para a formação crítica das/os estudantes, permitindo-lhes refletir sobre a realidade em que vivem e transformar suas experiências cotidianas em conhecimento sistematizado e científico.

A carga horária da disciplina foi reduzida drasticamente durante a pandemia, em muitos casos, fui orientada a “integrar” conteúdos sociológicos em disciplinas híbridas ou itinerários formativos que priorizam “projetos de vida” e “empreendedorismo”, ou mesmo evitar assuntos e temas polêmicos como movimentos sociais, feminismo e diversidades.

Em uma reunião pedagógica, ouvi de um gestor: “agora é o momento de preparar os alunos para o mercado, e não para a militância”. Essa frase ecoou em mim como um alerta. Afinal, o que significa formar para o mercado, se não preparar sujeitos para aceitar, e não questionar, a realidade que os cerca?

Conforme Paulo Freire (1996), “ensinar exige o reconhecimento de que a educação é ideológica” (Freire, 1996, p. 58). E, nesse contexto, percebo que o esvaziamento da Sociologia representa uma escolha ideológica por uma escola menos crítica, menos reflexiva e mais submissa aos interesses do mercado.

Além das aulas remotas provocadas pela pandemia, a circulação das informações sobre o Novo Ensino Médio, ao ser priorizado as competências e habilidades técnicas,

desconsiderou a importância das Ciências Humanas na formação de sujeitos conscientes. Como denuncia Dermeval Saviani (2008), trata-se de uma política que “transfere à escola a tarefa de adaptar-se à lógica do capital, marginalizando o conhecimento sistematizado” (Saviani, 2008, p. 63).

Em minhas práticas pedagógicas, como docente, sempre busco resistir. Reorganizo conteúdos, crio projetos interdisciplinares, utilizo filmes, música e literatura como estratégias de acesso ao pensamento sociológico. Mesmo com o tempo reduzido, insisto em problematizar a realidade com meus alunos, pois acredito, como Michael Apple (2006), que “a educação pode ser uma prática de liberdade, mas apenas se os educadores assumirem o seu papel político” (Apple, 2006, p. 87).

Por vezes, a exaustão, a sobrecarga, a burocratização, a vigilância curricular e a insegurança profissional afetaram diretamente minha saúde e motivação. No entanto, cada momento em que um estudante diz que “nunca tinha pensado por esse lado” reafirma minha convicção de que vale a pena lutar por uma escola e espaço universitário que forme sujeitos críticos.

Narrar minha experiência como professora de Sociologia no Novo Ensino Médio é também denunciar os caminhos de apagamento dessa disciplina na escola pública brasileira. Através da autoetnografia, compartilho não apenas as dores e os desafios do ofício docente, mas também os gestos de resistência que marcam nosso cotidiano pedagógico.

Defender a Sociologia é defender o direito à leitura crítica do mundo. E, como ensinou Paulo Freire (2006), “ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar” (Freire, 2006, p. 41).

Novo governo, novas mudanças nas ciências humanas

Com a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2023, iniciou-se um novo ciclo de revisão das políticas educacionais que haviam sido profundamente alteradas durante os governos anteriores, especialmente com a implementação do Novo Ensino Médio (Lei 13.415/2017). A reforma, fortemente criticada por profissionais da educação, estudantes e pesquisadores, tornou-se um dos pontos centrais de debate no novo governo.

Diferente da postura tecnicista adotada pelas gestões anteriores (que priorizavam a formação voltada ao mercado de trabalho), o governo Lula retomou a ideia de uma educação integral, crítica e humanista, em consonância com as diretrizes históricas defendidas por educadores como Paulo Freire (2006) e Dermeval Saviani (2008).

Uma das ações mais emblemáticas foi a abertura de uma consulta pública nacional, realizada entre 2023 e 2024, para ouvir professores, estudantes, universidades e instituições da sociedade civil sobre os efeitos do Novo Ensino Médio. Essa escuta revelou uma ampla insatisfação com a redução da carga horária de disciplinas fundamentais (como Sociologia, Filosofia, Artes e História) e com a fragmentação do currículo nos chamados “itinerários formativos”.

O Ministério da Educação (MEC), sob a liderança de Camilo Santana, comprometeu-se com uma reestruturação do modelo. Em 2024, foi anunciado o envio de um novo projeto de lei ao Congresso Nacional para revogar parcialmente o Novo Ensino Médio, com foco na recomposição da carga horária das disciplinas da formação geral básica e na valorização das Ciências Humanas.

O governo também se comprometeu a ampliar o acesso à educação técnica sem comprometer a formação geral, retomando a visão de um Ensino Médio articulado com políticas de inclusão, permanência e valorização do magistério.

A reorientação curricular promovida por Lula não ignora a necessidade de inovação, mas procura equilibrar a formação técnica e científica com a formação humanística, promovendo uma educação que emancipa, não apenas que habilita. Como destaca o Plano Nacional de Educação (PNE), ainda em vigor, o Ensino Médio deve assegurar a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos, a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando.

Em síntese, o governo Lula, em seu terceiro mandato, tem buscado reverter os danos causados por uma reforma que enfraqueceu o caráter crítico e universal da educação pública. Ao recolocar a formação integral no centro das políticas educacionais, aponta para um modelo de Ensino Médio que respeita as juventudes brasileiras em sua pluralidade, garantindo o direito à aprendizagem significativa, ao pensamento crítico e à cidadania ativa.

Refletir sobre as mudanças atribuídas ao longo dos governos sobre a sociologia, é fundamental para pensar nos próprios sentidos pedagógicos que a sociologia escolar implica na sua funcionalidade. Então, para que serve e a que se propõe o ensino de Sociologia? Cigales e Bodart (2020) apontaram os principais eixos que são atribuídos aos sentidos do ensino de Sociologia, sendo eles: “a) cidadania; b) preparação básica para o mundo do trabalho; e c) promoção de uma compreensão sociológica da realidade na qual os indivíduos estão inseridos, assim como da reflexividade em relação às suas ações, modos de pensar e se comportar diante do mundo social” (Cigales; Bodart, 2020, p. 10).

No mesmo caminho, o sentido pedagógico do ensino de Sociologia para Lahire (2014), caminha em direção à formação cidadã e à preparação para a vida coletiva, desde que seja pedagogicamente adaptado, o autor acredita que esses sentidos são fundamentais para a formação escolar dos cidadãos de acordo com as exigências modernas da sociedade.

A consolidação da disciplina de Sociologia nos currículos escolares da educação básica está intrinsecamente relacionada tanto à afirmação da categoria profissional (representada, sobretudo, pela atuação da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais -ABECS) quanto às conquistas legais que regulamentaram seu ensino ao longo do tempo. Até a década de 1940, a presença da Sociologia na escola assumia um caráter conservador, funcionando majoritariamente como instrumento de controle social e manutenção da ordem vigente.

A partir desse período, no entanto, eventos como a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os processos de redemocratização e os movimentos sociais que reivindicavam o retorno da disciplina ao currículo contribuíram para a reconfiguração de seus sentidos pedagógicos. Nesse novo contexto, a Sociologia passou a ser compreendida como uma ferramenta de formação crítica e emancipatória, voltada para a leitura reflexiva da realidade social. Seus objetivos passaram a se orientar pela promoção do estranhamento, da desnaturalização de fenômenos sociais e da análise crítica das experiências concretas vividas pelos sujeitos.

À luz dessa trajetória histórica e política, as contribuições de Amaury Moraes em *Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade* (2011) oferecem uma chave interpretativa fundamental para compreender as disputas em torno do lugar da Sociologia no currículo escolar brasileiro. Para Moraes (2011), a presença (ou ausência) da disciplina nunca foi neutra, mas resultado direto de projetos societários em disputa, nos quais a Sociologia ora foi valorizada como instrumento de formação crítica, ora marginalizada por representar uma ameaça à ordem social estabelecida. O autor demonstra que os períodos de supressão da disciplina coincidem com contextos autoritários ou de forte racionalização tecnicista da educação, enquanto os movimentos de reinserção se articulam a processos de redemocratização e à ampliação das demandas por cidadania e participação social.

Nesse sentido, a campanha pela obrigatoriedade da Sociologia, consolidada com a Lei nº 11.684/2008, não pode ser compreendida apenas como uma conquista corporativa, mas como expressão de uma luta mais ampla pela democratização do conhecimento e pelo reconhecimento da escola como espaço de formação política e crítica. Moraes (2011) argumenta que o ensino de Sociologia cumpre um papel estratégico ao

possibilitar aos estudantes o contato sistemático com conceitos, teorias e métodos que permitem interpretar a sociedade para além do senso comum, promovendo o estranhamento e a desnaturalização das desigualdades sociais. Tal função torna-se especialmente relevante em contextos de reformas educacionais que tendem a esvaziar o currículo de conteúdos críticos, como ocorreu com o Novo Ensino Médio.

Dessa forma, ao relacionar a atual reorientação das políticas educacionais no governo Lula com a periodização proposta por Amaury Moraes (2011), é possível afirmar que o momento presente se insere em mais uma fase de disputa pelos sentidos da Sociologia escolar. A recomposição da carga horária e a valorização das Ciências Humanas sinalizam não apenas uma correção de rumos técnicos, mas a retomada de um projeto educacional comprometido com a formação cidadã, reflexiva e democrática. Assim, o ensino de Sociologia reafirma sua centralidade como componente curricular capaz de articular conhecimento científico, crítica social e participação política, contribuindo para a construção de sujeitos conscientes de seus direitos, deveres e de sua inserção histórica na sociedade.

Considerações finais

A análise aqui desenvolvida evidenciou que, durante o Governo Bolsonaro (2019–2022), os professores de Sociologia da educação básica enfrentaram um cenário marcado pela precarização das condições de trabalho, pela intensificação das desigualdades estruturais e pela invisibilidade das múltiplas formas de violência (simbólica, institucional e subjetiva) que atravessaram o cotidiano docente em meio à pandemia de Covid-19.

Muito além da transposição técnica para o ensino remoto, os desafios enfrentados pelos docentes refletiram um contexto de negligência estatal, desvalorização das Ciências Humanas e crescente hostilidade ideológica contra práticas pedagógicas críticas. A Sociologia, como disciplina escolar voltada à formação cidadã, tornou-se alvo frequente de ataques, tendo sua legitimidade colocada em questão tanto por setores do governo quanto por discursos públicos que desqualificavam o saber científico e à docência como prática social relevante.

Nesse contexto, os professores atuaram em condições adversas: sobrecarregados, desamparados e muitas vezes silenciados. A ausência de políticas públicas efetivas de apoio à saúde mental, de infraestrutura adequada e de valorização profissional agravou ainda mais as desigualdades já presentes no sistema educacional, aprofundando o abismo entre as promessas legais de uma educação democrática e a realidade material vivida nas escolas públicas e privadas.

Ao reconhecer a centralidade da Sociologia na formação crítica e na leitura da realidade social, torna-se urgente reverter o processo de desmonte curricular e simbólico que marcou esse período. Mais do que retomar a disciplina nos currículos, é necessário reconstruir condições de trabalho dignas, fomentar o debate público sobre o papel das Ciências Humanas na educação e garantir o respeito à autonomia docente.

Por fim, este trabalho aponta para a importância de produzir registros, análises e memórias sobre o período pandêmico a partir da perspectiva dos professores. Registrar essas experiências é não apenas um gesto de denúncia, mas também um ato de resistência, necessário para que as lições do passado recente possam orientar políticas educacionais mais justas, humanas e comprometidas com a democracia.

Referências

APPLE, Michael. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BANDEIRA, Lourdes. **Gênero e violência**: um olhar necessário sobre a educação. *Educação & Sociedade*, v. 26, n. 91, p. 305-328, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. 1º ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com a Sociologia**. Trad. Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BOLSONARO diz que MEC estuda 'descentralizar' investimento em cursos de filosofia e sociologia. **G1, On-line**, 26 de abril de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/26/bolsonaro-diz-que-mecestudadescentralizar-investimento-em-cursos-de-filosofia-e-sociologia.ghtml>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

BRASIL. **Projeto de lei nº 867 de 2015**. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido". Câmara dos Deputados, Brasília, DF. 23, março, 2015.

BRILHANTE, Aline V. M.; MOREIRA, Claudio. **Formas, fôrmas e fragmentos**: uma exploração performática e autoetnográfica das lacunas, quebras e rachaduras na produção de conhecimento acadêmico. *Interface (Botucatu)*, v. 20, 2016. DOI: 10.1590/1807-57622016.0130

CIGALES, Marcelo; BODART, Cristiano das Neves. **O que ler sobre o ensino de Sociologia no Brasil**. Pensar a Educação em Revista, ano 5, vol. 5, n. 4, dez 2019 – fev. 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ELLIS, C; ADAMS, T.E; BOCHNER, A. P. **Autoethnog - raphy**: an overview. Historical Social. Research, 2011.

ELLIS, Carolyn; BOCHNER, Arthur. **Autoethnography, Personal Narrative**, Reflexivity: Researcher as Subject. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (eds.). Handbook of Qualitative Research. Thousand Oaks: Sage, 2000.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas. São Paulo: Elefante, 2017.

FEIJÓ, Fernanda. **Breve histórico do desenvolvimento do ensino de Sociologia no Brasil**. PerCursos, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 133–153, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAMA, Fabiene. **Etnografias, auto-representações, discursos e imagens**: somando representações. In: GONÇALVES, Marco Antônio; HEAD, Scott (Orgs.). Devires imagéticos: representações/apresentações de si e do outro. Rio de Janeiro: 7letras, 2009.

GIDDENS, Anthony. **Elementos da Teoria da Estruturação**. In: GIDDENS, Anthony. A constituição da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4º ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIDDENS, Anthony. **Em defesa da Sociologia: ensaios, interpretações e tréplicas**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva & Guaciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

LAHIRE, Bernard. **Viver e interpretar o mundo social:** para que serve o ensino da Sociologia. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 45, n. 1, jan/jun, 2014, p. 45-61.

MARZOCHI, Denise. **A permanência da Sociologia no ensino médio:** entre disputas e consensos. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 8, n. 20, p. 228-253, 2020. Disponível em: <https://www.sbsociologia.com.br>. Acesso em: 8 jul. 2025.

MORAES, Amaury Cesar. **Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade.** *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 359-377, 2011.

ROMANELLI, Otaíza de O. **História da Educação no Brasil:** (1930/1973). – 40 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 1987.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2008.

SOBRINHO, Flávio Helson da Silva. **Eu odeio/adoro sociologia:** os sentidos que principiam uma prática de ensino. Maceió: EDUFAL, 2007

VERSIANI, Daniela G.C.B. 2005. **Autoetnografias:** conceitos alternativos em construção. Rio de Janeiro: Letras, 2005.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Desejos de Reforma:** legislação educacional no Brasil – Império e República. Brasília: Liber Livro, 2008.